

BREVE DICIONÁRIO DAS LITERATURAS AFRICANAS



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN

IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

FERNANDA GALLO

Organização

*Breve dicionário das  
literaturas africanas*

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

---

B758 Breve dicionário das literaturas africanas / organização : Fernanda Gallo. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2022.

1. Literatura africana – Dicionários. I. Gallo, Fernanda.

CDD – 896.03

ISBN 978-85-268-1572-8

---

Copyright © Fernanda Gallo  
Copyright © 2022 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste livro são de responsabilidade dos autores e das autoras e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.  
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à  
Editora da Unicamp  
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar  
Campus Unicamp  
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil  
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728  
[www.editoraunicamp.com.br](http://www.editoraunicamp.com.br) – [vendas@editora.unicamp.br](mailto:vendas@editora.unicamp.br)

As pedras não falam, o passado não diz nada.  
Limita-se a fazer eco de todas as indagações  
e devolver-nos, olhos nos olhos, as nossas perguntas.

*João Paulo Borges Coelho*



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – <i>Fernanda Gallo</i> .....	9
--	---

## VERBETES

AFROFUTURISMO – <i>Jamile Borges da Silva</i> .....	25
ANIMISMO – <i>Anita Moraes</i> .....	35
ASSIMILACIONISMO – <i>Carolina Bezerra Machado</i> .....	45
ECOCRÍTICA – <i>Jessica Falconi</i> .....	57
ESCRITA – <i>José Rivair Macedo</i> .....	67
ESTUDOS DO OCEANO ÍNDICO – <i>Gabriela Beduschi Zanfelize</i> .....	79
FEMINISMOS – <i>Catarina Casimiro Trindade, Maisa Fidalgo</i> .....	93
HISTÓRIA E LITERATURA – <i>Fernanda Gallo</i> .....	103
ISLÃ, ISLAMIZAÇÃO – <i>Thiago Henrique Mota</i> .....	117
LÍNGUA OFICIAL, LÍNGUAS NACIONAIS – <i>Raquel G. A. Gomes</i> .....	127
LITERATURA E ANTICOLONIALISMO – <i>Valdemir Zamparoni</i> .....	137
LITERATURA E CINEMA – <i>Carmen Lucia Tindó Secco</i> .....	153
LITERATURA E INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS – <i>Fábio Baqueiro Figueiredo</i> .....	165
LITERATURA-MUNDIAL – <i>Paulo de Medeiros</i> .....	173

MEMÓRIA(S) – <i>Adriana Cristina Aguiar Rodrigues</i> .....	183
NEGRITUDE – <i>Marta Banasiak</i> .....	195
ORALIDADE – <i>José Welton Ferreira dos Santos Junior,</i> <i>Rejane Vecchia da Rocha e Silva</i> .....	203
PÓS-COLONIAL E DECOLONIAL – <i>Elena Brugioni</i> .....	215
TRADIÇÃO – <i>Lorenzo Macagno</i> .....	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	239
ÍNDICE REMISSIVO .....	275
SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS .....	281



## APRESENTAÇÃO

Fernanda Gallo

Em 2021, alguns dos mais relevantes prêmios literários foram atribuídos a escritores africanos: o Prêmio Goncourt, ao senegalês Mohamed Mbougar Sarr por seu livro *La plus secrète mémoire des hommes*; o Booker Prize, para o sul-africano Damon Galgut por *The promise*; o Booker Prize International, ao franco-senegalês David Diop por *At night all blood is black*, publicado originalmente em francês e traduzido por Anna Moschovakis; o Prêmio Camões, à moçambicana Paulina Chiziane; o Prêmio Neustadt atribuído ao senegalês Boubacar Boris Diop; e, o mais importante deles, o Prêmio Nobel de Literatura atribuído ao tanzaniano Abdulrazak Gurnah pelo conjunto de sua obra. Para o escritor e crítico literário congolês Boniface Mongo-Mboussa, um dos redatores da revista *Africultures* e autor de obras como *Desir d’Afrique*, as recentes premiações indicam o que chamou de “renascimento da literatura africana nos últimos dez anos”,<sup>1</sup> caracterizada pela crescente profissionalização dos escritores e pela diversidade de assuntos abordados, entre eles ecologia, feminismo, afrofuturismo e homossexualidade. Os prêmios dão visibilidade à produção literária africana e, sobretudo, mobilizam o mercado editorial para o imperativo da tradução e publicação das obras. O caso de Abdulrazak Gurnah, quinto africano a receber o Prêmio Nobel de Literatura, é um exemplo nesse sentido.<sup>2</sup> Logo após a atribuição do Nobel, um grupo editorial português resolveu traduzir e publicar quatro romances do autor e um esforço editorial similar vem sendo feito no Brasil, onde, até o momento da premiação, o autor era praticamente desconhecido. O acesso às obras de Gurnah é particularmente interessante no cenário brasileiro

em que as percepções sobre o continente africano parecem ser pautadas por visões excessivamente pessimistas ou declaradamente celebratórias, seu duplo invertido, como lembra o economista e escritor senegalês Felwine Sarr.<sup>3</sup> Para além das acusações que pesaram sobre a “africanidade” de Gurnah, sua trajetória indica as complexidades que marcam as dinâmicas sócio-históricas no continente africano, nesse caso, tematizada, desde o oceano Índico, por um descendente de indianos mulçumanos – indício da pluralidade existente na África Oriental, fruto de milenares trânsitos índicos – que se refugiou na Inglaterra após as mudanças ocasionadas com a independência tanzaniana.

Mas, se grande parte dos premiados em 2021 continuam, até o momento, inéditos no Brasil, com exceção de nomes como Paulina Chiziane e o próprio Gurnah publicado em 2022, o interesse na produção literária africana e a dinamização do mercado editorial brasileiro são notórios. Um dado que corrobora tal afirmação provém da livraria oficial da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), em que, em 2019, durante a última edição presencial realizada antes da pandemia, entre os cinco livros mais vendidos, três foram de autoria africana: o romance *Fique comigo* (2018), da nigeriana Abayomi Adebayo, que problematiza o papel das mulheres e a obrigação social por gerar filhos; *Também os brancos sabem dançar* (2018), do angolano Kalaf Epalanga, que narra a história do *kuduro* em Lisboa; e *Meu pequeno país* (2019), em que o *rapper* e escritor Gaël Faye, nascido no Burundi, aborda o genocídio de Ruanda através de uma perspectiva infantil.<sup>4</sup> A publicação de escritoras africanas (como as nigerianas Chimamanda Ngozi Adichie, Buchi Emecheta, Lesley Nneka Arimah, Akwaeke Emezi; as zimbabuanas Noviolet Bulawayo e Tsitsi Dangarembga; a ganesa Yaa Gyasi; a ruandesa Scholastique Mukasonga; a etíope Maaza Mengiste; a somaliana Nadifa Mohamed; a camaronesa Léonora Miano; a senegalesa Fatou Diome; e a sul-africana Futhi Ntshingila – apenas para citar algumas autoras editadas no Brasil, nos últimos dez anos, que não fazem parte dos chamados países africanos de língua oficial portuguesa) demonstra que a diversidade geográfica, estética e temática das obras de literatura africana, por aqui, é cada vez maior.

O acréscimo dessas publicações foi, certamente, estimulado pela aplicação da lei n. 10.639/2003,<sup>5</sup> que tornou obrigatório o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira”<sup>6</sup> e incluiu “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”,<sup>7</sup> como conteúdo programático. A lei – resultado de um conjunto de reivindicações de movimentos sociais diversos – em 2023 completará 20 anos de existência e, portanto, acreditamos que este livro contribuirá para sua aplicação, já que os verbetes aqui apresentados situam e problematizam conceitos, indicam possíveis caminhos teóricos e abordam o relevante papel da literatura na história recente do continente africano. O livro também aborda diferentes obras e variados(as) autores(as) africanos(as) facilmente localizáveis no Índice remissivo. Ao final de cada verbete, é oferecido ao leitor um pequeno conjunto de textos sobre os temas tratados e que poderão ser úteis para aprofundá-los e trabalhá-los em sala de aula, tanto na educação básica, quanto na universidade. Além do uso em sala de aula, o livro tem como propósito servir como referência crítica entre aqueles que pesquisam (ou pretendem pesquisar) as chamadas literaturas africanas e cujo campo de pesquisa se encontra em franca expansão, exigindo, portanto, um conjunto de ferramentas analíticas que permitam reflexões mais bem situadas, evitando certas essencializações e expectativas – relativamente comuns – sobre a escrita literária de autoria africana.

Nesse aspecto, é importante ressaltar que as relações históricas estabelecidas entre o Brasil e o continente africano se iniciaram sobretudo com a intervenção portuguesa através do oceano Atlântico e, nesse caso, o compartilhamento da língua estaria associado, a princípio, a um “imperialismo linguístico”, conforme mencionou o escritor angolano Manuel Rui durante um encontro realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1987, referente ao lançamento de uma antologia de autores africanos de língua portuguesa e que teve participação de diferentes escritores.<sup>8</sup> Sabemos que, em geral, a escolha da língua colonial foi reposicionada como língua da “unidade nacional”, sendo

reapropriada e transformada constantemente,<sup>9</sup> resultando, inclusive, na departamentalização das chamadas “literaturas africanas de língua portuguesa”. Contudo, num esforço de ampliar as análises sobre a diversidade de questões que envolvem essa produção literária, outros horizontes de pesquisa vêm sendo requisitados, incluindo aqueles que não necessariamente passam pelo oceano Atlântico ou pela língua portuguesa como lente analítica. Essas outras possibilidades analíticas, em crescente desenvolvimento no Brasil, são contempladas neste *Breve dicionário das literaturas africanas* e, com isso, espera-se contribuir e estimular novos olhares sobre a produção artística africana de modo geral e da literatura de modo particular.

Ressaltando a importância da interdisciplinaridade que acompanha os estudos sobre o continente africano, os 19 verbetes presentes neste livro são escritos por especialistas das áreas de história, antropologia e literatura e estão ordenados de forma alfabética em 4 principais conjuntos de textos. Entre eles, o leitor irá se deparar com um conjunto de verbetes que abordam temas pertencentes à história literária no continente africano, como a prática jurídica do “Assimilacionismo”, que, segundo a autora do verbete, Carolina Bezerra Machado, criou tensões de variadas ordens nas sociedades em que a separação jurídica entre os categorizados indígenas e assimilados foi aplicada. As complexidades do assimilacionismo e suas práticas segregatórias foram tematizadas por importantes escritores africanos destacados pela autora, como os angolanos Luandino Vieira e Uanhenga Xitu e os moçambicanos Luís Bernardo Honwana e Paulina Chiziane. Apesar de ser abordado na ficção, o assunto da assimilação e do modo pelo qual a categoria esteve ligada à prática da escrita e à formação de quadros políticos parece ser, ainda hoje, um assunto pouco problematizado, como se de uma “memória subterrânea,<sup>10</sup> excluída do projeto e da história oficial nacional, se tratasse. Ainda sobre o papel da literatura na história, dois verbetes complementam-se: “Literatura e anticolonialismo”, de Valdemir Zamparoni, e “Literatura e independências africanas”, de Fábio Baqueiro Figueiredo. O primeiro situa o modo pelo qual um conjunto de produções – desde histórias em quadrinho à

“literatura imperial e colonialista” formada por escritores como Rudyard Kipling e Joseph Conrad – corroborou a construção de um imaginário sobre o continente africano enquanto um espaço supostamente selvagem e primitivo, tema discutido de forma detalhada pelo congolês Valentin-Yves Mudimbe.<sup>11</sup> Em contraponto a essa produção, Zamparoni analisa obras ficcionais de autores como o nigeriano Chinua Achebe, o angolano António Cardoso e os moçambicanos José Craveirinha e Lília Momplé, que abordaram criticamente a exploração colonial, registrando a indissociável relação entre colonialismo e violência. Já Fábio Baqueiro Figueiredo destaca estudos recentes que extrapolam a corriqueira relação entre literatura e construção nacional e propõem “conceber a nação menos como uma entidade substantiva e mais como um processo de ficcionalização, que toma corpo por meio de um conjunto de rituais públicos – os quais, no ato narrativo, continuamente recriam e redefinem a coletividade política”. Para tanto, problematiza conceitos como “etnia”, “raça” e “modernidade africana” nas obras do queniano Ngũgĩ wa Thiong’o, do angolano Pepetela e do camaronês Mongo Beti, destacando o modo pelo qual a nação e a independência foram por eles singularmente tematizadas. Soma-se a estes o verbete “Negritude”, de Marta Banasiak, que situa os principais autores, propostas e obras deste que pode ser considerado o primeiro movimento literário a promover uma conscientização da africanidade em oposição direta ao olhar redutor cultivado pela lógica colonial. Por fim, o verbete “História e literatura”, de Fernanda Gallo, procura mapear as relações de afastamento e de aproximação entre a produção literária e a produção historiográfica, especialmente após a disciplinarização das ciências ocorrida no século XIX, destacando dois escritores moçambicanos, Ungulani Ba Ka Khosa e João Paulo Borges Coelho, como portadores de projetos literários que tensionam as fronteiras entre as duas formas de narrar.

Mas, se o passado representado nas literaturas africanas é amplamente debatido, também os desenhos de futuro, cada vez mais, têm servido de inspiração para artistas africanos e africanas e, conseqüentemente, ampliado os horizontes de pesquisa sobre o tema. Certamente o contexto de rápidas transformações observadas na segunda metade do século XX –

numa história cada vez mais presentista em que a ideia de progresso foi substituída pela experiência da catástrofe enquanto contínuo<sup>12</sup> – contribui para a proliferação de obras que imaginam as mais diferentes possibilidades de futuro. Inúmeras são as produções africanas escritas e visuais<sup>13</sup> que, ao optarem pela ficção científica e especulativa, podem ser entendidas como “documentos pós-coloniais”.<sup>14</sup> E, para abordar as produções que versam sobre o futuro, o verbete “Afrofuturismo”, de Jamile Borges da Silva, define e situa as principais produções desse movimento estético e político, cujas obras imaginam um futuro no qual a lógica temporal linear moderna é desestabilizada e reposicionada. Dialogando especialmente com Kodwo Eshun,<sup>15</sup> quando este relaciona o termo cronopolítica à ficção científica, Borges da Silva destaca o modo pelo qual certas práticas curatoriais definem (e reduzem) obras artísticas associadas às populações africanas e afrodiáspóricas como “elementos da tradição ou folclóricos” e, com isso, acabam por sublinhar uma suposta incompatibilidade dessas populações com a(s) tecnologia(s). Para se contrapor a essa perspectiva representacional colonial, o afrofuturismo produz criações literárias, cinematográficas e performáticas que combinam signos contemporâneos (algoritmos, *softwares*, *chips*, computadores de última geração, inteligência artificial) com elementos da ficção científica, de *aliens* a ciborgues, em diálogo com vestígios mitológicos, cultura material e intelectual dos povos africanos e afrodiáspóricas, enquanto modo de imaginar o futuro e, ao mesmo tempo, tecer críticas à chamada obsolescência tecnológica programada.

As propostas estéticas de autoria africana sobre o futuro, o presente e o passado seguramente não se restringem à literatura, e a exposição coletiva intitulada *A Mecânica do Efêmero*, formada pelos artistas plásticos angolanos Kiluanji Kia Henda, Damara Inglês, Délio Jasse, Rui Magalhães, Sofia Yala e Flávio Cardoso, realizada em 2021, é um exemplo nesse sentido.<sup>16</sup> No texto de apresentação, a curadora Gisela Casimiro afirma que a exposição “é primeiramente um exercício de auto-crítica ao que os povos libertados fizeram com a sua liberdade”<sup>17</sup> e um mecanismo que “nos permite viajar por diferentes temporalidades, através de uma abordagem que muitas vezes recorre à fantasia, mas onde a imaginação se torna uma

importante aliada de questionamentos históricos e sócio-políticos”. A série fotográfica de 2013-2021 de Kiluanji, intitulada “Ópera da distopia”, por exemplo, documenta um parque de diversão abandonado nos anos 1990 e cujas “carças” remetem a um passado marcado pela “interferência das superpotências da guerra fria em Angola, que era sempre muito comparada a um *video game*, pela distância e frieza como lidavam com a situação”. Já Damara Inglês em seu “Pensatriz” utiliza uma impressora tridimensional para imprimir e (re)criar pentes ornamentais, “denunciando o processo mecânico extrativista da aura tradicional dos objectos”, enquanto Délio Jasse e Sofia Yala utilizam arquivos legais, informais (como fotografias compradas na Feira da Ladra) e familiares (como no caso de Yala) e, a partir de imagens, cartas, cartazes, carimbos, canções, desmontam o passado para, através de suas próprias narrativas, montá-lo novamente.

Discorrendo sobre a potencialidade do diálogo entre a literatura e outras produções estéticas, conforme exemplificado acima, o verbete “Literatura e cinema”, de Carmen Lucia Tindó Secco – pioneira das “africanas”, como os estudiosos da área costumam afetuosamente chamá-la –, oferece-nos um panorama histórico sobre a produção cinematográfica nos cinco países africanos de língua oficial portuguesa e aponta as relações intertextuais de filmes com obras literárias, seja através de adaptações, seja o modo pelo qual certos filmes poetizam os assuntos tratados, como no caso da cineasta moçambicana Lara Sousa com os documentários *Fim e Kalunga*, ambos de 2018. Embora guardem singularidades, é possível verificar que a trajetória do cinema (e, de certa forma, também da literatura) nas ex-colônias portuguesas, especialmente em Angola e Moçambique, passou por fases semelhantes: a chegada do cinema e sua atuação como propaganda colonial;<sup>18</sup> a produção cinematográfica como parte de divulgação do projeto nacional socialista após a independência, especialmente com a criação de institutos nacionais; as dificuldades enfrentadas em consequência da guerra civil e o surgimento de produtoras particulares logo após a entrada na economia de mercado mundial; e, por fim, um cinema mais autoral, beneficiado pelo acesso a equipamentos digitais e circuitos de distribuição mais independentes, como as plataformas de *streaming*.<sup>19</sup>

Além do conjunto de verbetes que situam a literatura na história do continente e destacam a potencialidade da escrita literária para se representar (e imaginar) o passado, o presente e o futuro, incluindo o diálogo com as artes, um terceiro conjunto de verbetes preocupa-se em abordar certos conceitos que, acreditamos, poderão contribuir para análises mais bem situadas. Entre os conceitos que aparecem em certas análises de modo restrito e, não raro, sob a insígnia da “autenticidade”, temos o verbe “Tradição”, escrito por Lorenzo Macagno, que destaca as várias dimensões simbólicas e contextuais nos quais o conceito é utilizado como, por exemplo, em contextos de reivindicação política territorial e/ou cultural e suas dinâmicas (incluindo a emergência de novas identidades étnicas), práticas ritualísticas diversas ou ainda em contextos como o pós-guerra civil, em que alguns países africanos (re)introduziram o conceito em seus mecanismos jurídicos após ele ter sido expurgado no processo de construção da nação. Ponderando a tradição como um modo de lidar “com as cosmologias do capitalismo ocidental”, mas não ignorando os grillhões que a tradição é capaz de praticar, Macagno lembra, em diálogo com Marshall Sahlins, que tradição é algo em permanente ressignificação.<sup>20</sup> Já o verbe “Animismo”, de Anita Morais, situa o modo pelo qual o conceito foi usado na formulação da teoria evolucionista cultural interligada à invenção colonial do “Outro” e destaca, sobretudo, as contribuições do antropólogo e escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho e do escritor Amadou Hampâté Bâ, ao promoverem a “reativação do termo animismo” numa perspectiva voltada para a compreensão do conceito enquanto parte das singulares concepções de mundo e de conhecimentos locais entre diferentes povos africanos.

Ainda sobre os verbetes que versam sobre conceitos, destacam-se dois importantes textos complementares, os verbetes “Oralidade”, de José Welton Ferreira dos Santos Junior e Rejane Vecchia da Rocha e Silva, e “Escrita”, de José Rivair Macedo. O primeiro texto destaca o modo apressado como a oralidade é, muitas das vezes, adotada em oposição à escrita e problematiza a aplicação da categoria “tradição oral” quando esta é projetada como característica “essencial” dos textos literários africanos.



Em diálogo com Ana Mafalda Leite,<sup>21</sup> José Welton Ferreira dos Santos Junior e Rejane Vecchia da Rocha discorrem sobre as diferentes formas de “representações da oralidade”, não como um traço natural, mas sim enquanto estratégia mobilizada por diferentes autores africanos em seus processos criativos. Já José Rivair Macedo situa historicamente a existência de formas escritas e/ou meios de comunicação não verbais, ideogramas e convenções gráficas, desde as escritas hieroglífica, hierática e demótica entre os III-I milênios a.C., passando pelo desenvolvimento da escrita alfabética – resultante dos contatos com a cultura árabe muçulmana e cujos registros datam do século XI, com maior difusão a partir dos séculos XIV-XVII. Nesse caso temos o exemplo dos conhecidos “Manuscritos de Tombuctu” – seguindo pelos meios de difusão da escrita alfabética europeia entre as elites locais no final do século XV –, somado à posterior gramatização de línguas locais para evangelização (intensificada com a ocupação colonial em fins do século XIX), e, por fim, o surgimento da imprensa e circulação de textos diversos, como os textos pan-africanistas. É importante sublinhar que os dados trazidos por José Rivair Macedo evidenciam que a escrita não pode ser dissociada da história do continente africano em detrimento da importância da oralidade. Nessa direção, o verbete de Thiago Henrique Mota, “Islã, islamização”, explora de modo mais específico a circulação de textos em árabe (o que justifica a escolha pelo islã como verbete), diferenciando os processos que envolvem religião islâmica, cultura árabe e línguas africanas escritas no alfabeto árabe, defendendo que “compreender a existência de tradições escritas africanas anteriores à colonização europeia é fundamental para que o estudo da literatura não seja uma ferramenta de reificação da condição colonial”. Soma-se a essa discussão o verbete “Língua oficial, línguas nacionais”, de Raquel G. A. Gomes, que faz um recorte sobre o amplo debate sobre a “questão linguística” no continente africano e cuja discussão inclui a própria categoria “literatura africana”.<sup>22</sup> Enfocando o escritor sul-africano Solomon Tshekisho Plaatje – Sol Plaatje, o primeiro sul-africano negro a escrever um romance em inglês em 1930 –, Gomes destaca a experiência do ensino missionário e o papel da língua inglesa numa geração de políticos e

intelectuais nos anos iniciais do século XX e situa os debates ocorridos na Conference of African Writers of English Expression, realizada no Makerere University College em Kampala, Uganda, em 1962, e seus desdobramentos.

Encerrando esse terceiro conjunto de textos, o verbete “Feminismos”, de Catarina Casimiro Trindade e Maisa Fidalgo, localiza a pluralidade que compõe a arena de debates e embates políticos que envolvem o conceito e reflete sobre o que são os feminismos africanos e o que a África traz para pensarmos sobre feminismos, a exemplo de obras das escritoras Chimamanda Ngozi Adichie, Scholastique Mukasonga e Djaimilia Pereira de Almeida. Por sua vez, o verbete “Memória(s)”, de Adriana Aguiar, explora esse conceito, problematizando as políticas da memória e o processo de recordação no contexto da violência colonial e pós-independência – tematizados sobretudo por Achille Mbembe<sup>23</sup> –, destacando o modo pelo qual variados escritores africanos, entre eles o angolano Ondjaki, que a autora aborda mais detalhadamente, “têm conferido diferentes arranjos ao tema da memória em seus projetos estéticos – seja de uma imaginação historiográfica sobre o tempo pré-colonial, seja sobre o período colonial, a escravidão, o *apartheid*, o racismo, a diáspora, o exílio, as guerras e os genocídios que abriram e fecharam o sangrento século XX”.

Por fim, o quarto conjunto de verbetes versa sobre algumas perspectivas teórico-metodológicas que poderão ser úteis para análises de obras literárias de maneira particular e obras artísticas de maneira geral. No verbete “Pós-colonial e decolonial”, a autora Elena Brugioni mapeia as principais contribuições, seus usos (e abusos) nas universidades brasileiras, assim como situa as diferenças conceituais, críticas, metodológicas e políticas que orientam as duas perspectivas – como a ideia de justaposição e “contraponto” (*counterpoint*), pensada pela vertente pós-colonial, e substituição e “desvinculação” (*delinking*), pela decolonial –, apontando potencialidades e limitações no que se refere, especialmente, à análise do texto literário. Já o verbete “Literatura-mundial”, escrito por Paulo de Medeiros, discorre sobre a proposta lançada pelo Warwick Research Collective (WReC) em 2015<sup>24</sup> – que, por sua vez, dialoga fortemente com o conceito de sistema-mundo do sociólogo Immanuel Wallerstein – e

volta-se ao chamado “romance africano lusófono” identificado pelo autor como repleto de inovação. Para tanto, Medeiros localiza obras literárias africanas que exemplificam os pressupostos elencados pelo WReC, assim como aborda o trabalho de pesquisadoras que seguem essa perspectiva crítica.

Sabemos que o sistema-mundo capitalista moderno é indissociável das perversas alterações climáticas do século XXI que sugerem o enterro da utopia pautada no progresso tecnológico e acenam para um futuro (recente) cada vez mais distópico. Nesse caso, a lente oferecida pela “Ecocrítica”, verbete de Jessica Falconi, fornece um panorama sobre as relações estabelecidas entre os estudos literários e as preocupações ecológicas dos movimentos ambientalistas que se desenvolveram no interior do campo das “humanidades ambientais”. Situando a “ecocrítica pós-colonial” como “um dos desdobramentos mais significativos da ecologia literária”, a autora destaca o modo pelo qual temas como o petróleo e seus impactos constituem um tópico presente em variadas obras literárias que são categorizadas pela ecocrítica como “petroficção”, mostrando a potencialidade dessa corrente crítica, assim como o “ecofeminismo”, a “ecocrítica *queer*” e a “ecocrítica da matéria”, também tratados pela autora. Finalmente, e também refletindo sobre a relação entre meio ambiente e produção literária, o verbete “Estudos do oceano Índico”, de Gabriela Beduschi Zanfêlice, situa os estudos marítimos – destacando a considerável discrepância entre o menor número de pesquisas dedicadas ao oceano Índico (que tem aproximadamente 5 mil anos de história de conexões entre povos) em comparação ao oceano Atlântico (com cerca de mil anos),<sup>25</sup> o que justifica a opção por esse verbete – e aponta o modo pelo qual escritores que se inscrevem através do Índico desafiam pensamentos nacionalistas, reformulam as fronteiras artificialmente impostas e registram imaginários possíveis.

Finalizo esta Apresentação assumindo que elaborar um dicionário é ter consciência de que ele nunca estará completo, longe disso. De todo modo, este *Breve dicionário das literaturas africanas* busca, acima de tudo, suscitar reflexões que estimulem, de modo instigante e inovador, diferentes modos de ler e pesquisar as chamadas literaturas africanas, levando em

consideração a complexidade do vasto continente e a potencialidade criativa de seus autores e autoras, que, aqui, são entendidos como produtores de conhecimento. Contudo, é importante situar que este livro é inspirado no *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*<sup>26</sup> e, portanto, não é um compilado de gêneros, estilos e escolas literários – para isso, há iniciativas como o *E-dicionário de termos literários (EDTL)*, coordenado por Carlos Ceia e disponibilizado na internet de forma gratuita, que oferece cerca de 1.700 verbetes bastante variados sobre o tema. Assim sendo, o objetivo principal do livro é oferecer um breve conjunto de verbetes que estimulem a reflexão sobre os mais variados campos de saber no que se refere ao vasto e complexo continente africano, incluindo sua igualmente diversa produção literária.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Agence France-Presse, 2021.
- <sup>2</sup> Os demais africanos a receberem o Prêmio Nobel de Literatura são: o nigeriano Wole Soyinka (Nobel de 1986), o egípcio Naguib Mahfouz (Nobel de 1988) e os sul-africanos Nadine Gordimer (Nobel de 1991) e John Maxwell Coetzee (Nobel de 2003).
- <sup>3</sup> Sarr, 2019.
- <sup>4</sup> O livro mais vendido pela livraria oficial foi *Memórias da plantação*, de Grada Kilomba. Ver G1, 2019.
- <sup>5</sup> A lei foi regulamentada pelo parecer CNE/CP n. 3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, complementado pela resolução CNE/CP n. 1/2004 (Brasil, 2005).
- <sup>6</sup> Para incluir a temática indígena, a lei foi alterada para lei n. 11.645/2008.
- <sup>7</sup> Lei n. 10.639/2003, art. 10 (Brasil, 2003).
- <sup>8</sup> O texto publicado sobre o evento na *Revista Tempo* destaca o embate entre o público presente, nomeadamente entre os brasileiros defensores de uma “cultura negra” (identificada por Manuel Rui como um “gueto” imposto pelos opressores e, segundo suas palavras, “é preciso não assumir o gueto que tentam nos impor”), e os escritores africanos que, segundo o texto, teriam se surpreendido negativamente com a falta de conhecimento dos brasileiros sobre o continente, destacando a preponderância de um olhar mítico. Ver Tupy, 1987.
- <sup>9</sup> Achebe, 2012; Mbembe, 2014.
- <sup>10</sup> Pollack, 1989.
- <sup>11</sup> Mudimbe, 2013.
- <sup>12</sup> Benjamin, 1994.